

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TURISMO: METODOLOGIAS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AS ATIVIDADES TURÍSTICO-RECREATIVAS EM AMBIENTES NATURAIS

Fernando Protti Bueno¹

RESUMO

O objetivo deste ensaio é identificar e descrever a estruturação das metodologias para a educação ambiental aplicada a diferentes atividades turístico-recreativas desenvolvidas em ambientes naturais. Tem havido uma crescente busca na sociedade contemporânea por ambientes naturais para a realização de atividades inseridas no âmbito do lazer (turismo, recreação e ludicidade). Este âmbito pode ser considerado enquanto um privilegiado meio para a promoção de práticas e ações educativas (educação ambiental). Desse modo, há que se ter formas específicas, estruturas e organizadas metodologicamente, para se trabalhar com educação ambiental no turismo. Nessa pesquisa exploratória e de caráter descritivo, a coleta de dados se deu por meio das técnicas bibliográficas e documentais. Assim, foi possível identificar enquanto metodologias de educação ambiental aplicadas as atividades turístico-recreativas em ambientes naturais, a metodologia do Aprendizado Sequencial (Joseph Cornell), a Interpretação Ambiental (Sam Ham) e a Educação Experiencial (Kurt Hahn). Principalmente devido a estrutura metodológica de cada uma destas, e, conseqüentemente, a possibilidade em se alcançar princípios da educação ambiental, considera-se que estas metodologias possam contribuir para o planejamento e o desenvolvimento de práticas turístico-recreativas voltadas a sensibilização e a ampliação da consciência ambiental dos turistas.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO AMBIENTAL. TURISMO. APRENDIZADO SEQUENCIAL. INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL. EDUCAÇÃO EXPERIENCIAL.

¹ Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajá (Univali). Professor do Curso de Turismo da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Rosana. E-mail: fbueno@rosana.unesp.br

INTRODUÇÃO

A constante história e a atual crescente busca por ambientes naturais para o desenvolvimento de diferentes atividades inseridas no âmbito do lazer (turismo, recreação e entretenimento), desde as mais contemplativas às mais voltadas para a aventura, tem sido motivada prioritariamente pelo interesse e pela possibilidade de contato com a natureza. Tal busca se origina tanto pela ideia de retorno às origens do ser humano, quanto pela dicotomia produzida pela sociedade urbano-industrial (sociedade e natureza) que busca a natureza como forma de fuga de seu cotidiano, inclusive estabelecendo espaços naturais especialmente protegidos, que dentre algumas de suas principais funções estão a importância vital-ecológica aos seres vivos, bem como a destinação de um local propício ao ato de se recrear.

Nesse sentido, se por um lado há a importância exercida pelo lazer na sociedade moderna e contemporânea, que faz com que diferentes ambientes naturais, especialmente protegidos ou não, passem a atrair públicos devido a possibilidade de se estar ao ar livre e em contato com a natureza, por outro lado, também há a valorização social destes espaços e dos bens naturais e culturais neles existentes, advindo dos ideais promovidos pelo movimento ambientalista ao longo da história. A partir disso, se tem a valorização econômica e social da natureza, e principalmente a existência de espaços naturalmente protegidos, especificamente as unidades de conservação brasileiras, e a proteção dos patrimônios naturais e culturais salvaguardados nestes espaços, considerados enquanto um dos principais atrativos turísticos do país.

A proteção desse patrimônio advém dos atos de criação de leis ou ainda da imposição de medidas regulatórias e fiscalizatórias, e tem sua origem marcada a partir das discussões centradas nas causas dos problemas ambientais globais. Assim, desde a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano e Desenvolvimento (1972) se tem referenciado a responsabilidade do ser humano sobre

esses problemas, de modo a se pensar em uma forma de se (re)educar sobre o meio ambiente. Essa forma pensada passou a ser denominada de educação ambiental e visou, em termos gerais, a busca por uma melhor e mais equilibrada interação entre sociedade e meio ambiente.

Desde então, se tem pensado e desenvolvido formas de educação ambiental que tentam promover uma relação mais harmônica e equilibrada entre o uso/consumo e a conservação dos recursos naturais, inclusive preocupando-se com a continuidade das gerações futuras. Nesse sentido, a visitação aos ambientes naturais, tornou-se tanto uma forma de contato com a natureza e de contemplação da beleza cênica, quanto uma possibilidade de se desenvolver práticas educativas.

Com isso, se tem indagado sobre quais são as práticas educativas desenvolvidas na visitação aos ambientes naturais? Pressupõe-se que estas práticas ocorram a partir e concomitante a realização de atividades turístico-recreativas, mas, ainda sim questionam-se quais são as suas formas de desenvolvimento, pois entende-se que a mera transmissão de informações sobre o ambiente talvez seja incapaz de alcançar os objetivos delineados no conceito de educação ambiental. Além disso, imagina-se que a insistência em tentar condicionar indivíduos perante suas atitudes em relação ao ambiente, não passe de uma forma de adestramento ambiental, que pouco contribui com a educação ambiental.

Desse modo, este ensaio, de caráter descritivo e exploratório, por meio do uso de técnicas de pesquisa bibliográficas e documentais (MARCONI; LAKATOS, 2007), procurou investigar, de modo a identificar e descrever, as estruturas metodológicas para o trabalho com educação ambiental aplicada a diferentes atividades turístico-recreativas desenvolvidas em ambientes naturais, desde as mais contemplativas, como as caminhadas, por exemplo, até às mais voltadas à aventura, como a realização de atividades físicas de aventura na natureza (AFAN).

NATUREZA, TURISMO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Durante todas as épocas da história da humanidade, o interesse, a relação e a busca por ambientes naturais pelo ser humano tanto como forma de exploração e aproveitamento dos recursos naturais, bem como forma de desfrute pessoal com benefícios físicos, culturais, psicológicos e espirituais, sempre estiveram em seu subconsciente como sendo uma de suas necessidades básicas e imediatas. Esse fato pode ser explicado pelo ser humano deter a curiosidade e a nostalgia pela busca de algo novo ou inédito, na tentativa de reaproximar-se da natureza como sendo um reencontro com o paraíso perdido ou também considerado como o mito do eterno retorno (CASCINO, 1998; PIRES, 2002; RODRIGUES, 2003).

Nesse sentido, em períodos passados, as viagens à natureza já se destacavam como formas de lazer, de nostalgia, de prazer, de desafio/conquista etc., e, dentre isso, pode-se citar o desenvolvimento de práticas como o montanhismo nos Alpes (séc. XVIII), as visitas aos parques nacionais norte-americanos (*Yellowstone*, inaugurado em 1872 e *Yosemite* em 1896) e os safáris de caça (no início do séc. XX), bem como os safáris fotográficos (a partir da metade do séc. XX), ambos na África (SERRANO, 2000; WESTERN, 2002).

Já na atualidade, devido à constante prática de deslocamento de pessoas com fins turístico-recreativos a determinadas localidades, o que faz com que o setor turístico se torne um dos principais setores socioeconômicos do mundo, a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003), vê enquanto uma das tendências para esse setor, a acentuada busca por áreas naturais com o intuito de contemplação da natureza e de desenvolvimento de práticas que envolvam a aventura. Fato esse que, no caso brasileiro, por exemplo, pode ser constatado a partir da exposição em mídias impressas (revistas especializadas) que vinculam os principais destinos turísticos às áreas naturais do país.

Apesar das atividades turístico-recreativas desenvolvidas em ambientes naturais, de uma maneira geral, estarem rotuladas pela denominação de ecoturismo², é

² Pires (2002) e Serrano (2000), evidenciam que o ecoturismo tem sido considerado como uma ampla e indiscriminada rotulação, uma espécie de ideia 'guarda-chuva', que representa um conjunto variado e

importante ponderar a possibilidade destas atividades serem meios estimulantes para o desenvolvimento de práticas e de processos educativos que vislumbrem os objetivos e princípios da educação ambiental delineados inicialmente em Tbilisi e posteriormente reafirmados na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Esse se torna um contexto interessante para se desenvolver ações educativas em prol da mudança de valores, de atitudes e de comportamentos para uma melhor e mais qualitativa experiência dos visitantes com o meio (conservação da natureza), consigo próprios (valores) e com os demais indivíduos da sociedade (solidariedade, respeito e cidadania).

A Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977 *apud* SATO, 1999) e a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (BRASIL, 1999) consideraram a educação ambiental enquanto um processo educativo pelo qual a sociedade constrói e reconhece seus valores sociais e, com isso, os indivíduos modificam suas atitudes em relação ao ambiente, pois compreendem a sua importância e o seu significado para a vida.

Em geral, o papel da educação ambiental tem sido estimular uma ‘nova’ relação (integração) entre a sociedade e o seu ambiente, promovendo condutas capazes de envolver as pessoas com as questões ambientais e, isso, se torna possível, a partir da insistência na eficácia do ambiente natural como uma estratégia de aprendizagem – educação para, pelo e com o ambiente natural (DIAS, 1993; LEONARDI, 1999).

Dessa forma, a aplicação da educação ambiental ao turismo compreende uma das classificações de educação ambiental quanto ao espaço onde é realizada (educação ambiental não formal), bem como uma das correntes da educação ambiental (educação ao ar livre) (SORRENTINO, 1995 *apud* LEONARDI, 1999). Essa possibilidade de se vincular processos educativos a contextos turístico-recreativos já foi anteriormente pontuada pelas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo – DPNE (BARROS II; LA PENHA, 1994) que objetivou a promoção e o aproveitamento do turismo como um veículo de educação ambiental, bem como pela Política Nacional de Educação Ambiental

pouco definido de atividades e de atitudes relacionadas ao turismo e aos ambientes naturais conservados. Por em conjunto com a educação ambiental compor um mesmo contexto, ao ser mencionado, automaticamente já se prevê a inserção de práticas educativas em seu desenvolvimento. Além disso, parece haver um consenso na perspectiva conceitual que aponta essa segmentação para um caráter estritamente educativo.

– PNEA (BRASIL, 1999), que enfatizou a educação ambiental não formal como uma das formas de se sensibilizar a sociedade para a importância da conservação das áreas naturais, incentivando assim, a visitação turística dessas áreas.

Cascino (1998) e Mendonça (2005a; 2005b), inferem que, a princípio, as experiências advindas da visitação turística a ambientes naturais e do contato com a natureza, possuem elevado potencial para a interiorização dos princípios da educação ambiental, pois além de promoverem e tornarem os indivíduos conscientes das relações estabelecidas consigo, com os outros e com o ambiente natural, ainda possibilitam um rompimento com os comportamentos e com os costumes mais cotidianos, e, isto é necessário para promover uma reflexão sobre os valores e os desejos intrínsecos ao ser humano. Com isso, seria possível promover uma nova energia a partir da criatividade e da afetividade, passível de originar novos pensamentos que levarão a uma ação, de mudança e de transformação social, necessária a conjugar e reconciliar a presença humana no planeta.

Para isso, seria importante que o desenvolvimento da educação ambiental nas atividades turístico-recreativas realizadas em ambientes naturais pudesse, por exemplo, informar e sensibilizar os turistas sobre a sua adequada conduta nos ambientes naturais visitados, bem como sobre o processo de compreensão e a relação entre a sociedade e a natureza, de modo a promover uma experiência significativa. Assim, se pressupõe que a atividade não seria uma mera contemplação ou consumo utilitário da natureza e, para tanto, pensa-se que seria preciso haver uma estrutura metodológica para que a ação de caráter educativo se fizesse presente e pertinente nas atividades turístico-recreativas.

METODOLOGIAS PARA O TRABALHO COM EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ATIVIDADES TURÍSTICO-RECREATIVAS REALIZADAS EM AMBIENTES NATURAIS

Em geral, a educação ambiental se expressa por diferentes formas e em variados contextos. Arelada ao turismo, é passível de ser desenvolvida nas mais variadas atividades turístico-recreativas realizadas em ambientes naturais, como, por exemplo, ao longo de uma caminhada em trilha ou ao remar em botes pelo percurso de uma

corredeira de um rio. Assim, se imagina que seja possível atuar com educação ambiental no turismo por meio dos sentidos (sensibilização), da apreciação estética da paisagem (experiências e vivências), da informação para ou sobre o ambiente (nível cognitivo) ou ainda a partir dos desafios e dos perigos encontrados em meio à própria natureza (física ou humana). Entretanto, em termos educativos, é preciso que exista uma estrutura metodológica organizada e sistematizada para que as diferentes estratégias de educação ambiental tenham condições mais favoráveis de cumprir com seus propósitos.

Em meio ao processo de coleta de dados bibliográficos e documentais acerca das formas como a educação ambiental se expressa no turismo, principalmente nas atividades turístico-recreativas realizadas em ambientes naturais, foi possível identificar as metodologias de educação ambiental: Aprendizado Sequencial de Joseph Cornell, Interpretação Ambiental de Sam Ham, e Educação Experiencial de Kurt Hahn.

- APRENDIZADO SEQUENCIAL (AS)

As possíveis experiências que se pode ter com a natureza fizeram o naturalista Joseph Cornell, profundo conhecedor de percepções na natureza e de educação ao ar livre, elaborar uma metodologia considerada original, que auxilia e, ao mesmo tempo, trata de maneira profunda a interação que se pode ter com a natureza (MENDONÇA, 2000).

Joseph Cornell difundiu seu trabalho e sua metodologia por meio da Fundação *Sharing Nature*, com sede nos Estados Unidos e representada em vários países, inclusive no Brasil, pelo Instituto Romã e por sua coordenadora Rita Mendonça.

A *Sharing Nature* criou um método estruturado (estratégia de ensino), denominado 'Aprendizado Sequencial' (*Flow Learning*) para trabalhar com a sensibilidade das pessoas e com as complexas relações humanas provenientes das mesmas, vislumbrando sempre a possibilidade de proporcionar as pessoas experiências profundas com a natureza a partir de sua estratégia de ensino, que consiste na escolha de atividades lúdicas adequadas, como dinâmicas e jogos, a serem desenvolvidos em áreas naturais protegidas. Essas áreas se tornam privilegiadas, pois proporcionam

experiências mais profundas de interiorização e de imersão dos indivíduos participantes (MENDONÇA, 2006).

Cornell (1997) considera o aprendizado sequencial como uma das maneiras pela qual a educação ambiental organiza suas atividades com o intuito de proporcionar experiências puramente positivas com a natureza, possibilitando ao indivíduo penetrar de maneira completa no espírito do mundo natural, e auxiliando assim, a descoberta interna do profundo sentimento de pertinência e compreensão relacionado a esse mundo. O autor afirma ainda que o desenvolvimento de sentimentos de afetividade e de preocupação para consigo, com os outros, bem como para com o ambiente natural e para os demais seres que nos cercam, é a base para a construção de um processo educativo, pois caso contrário, as pessoas nunca serão tocadas de maneira profunda.

Ao desenvolver o aprendizado sequencial, Joseph Cornell pensou em estabelecer e proporcionar uma melhor relação dos indivíduos com a natureza, pois ao longo de suas experiências com a natureza percebeu que havia uma sequência a ser trabalhada para que as atividades fossem mais produtivas, assim, concluiu que as pessoas reagiam favoravelmente à sequência determinada, posteriormente por ele, em função desta se harmonizar a determinados aspectos da natureza humana. Assim, considerou o aprendizado sequencial um simples, porém, poderoso sistema de ensino baseado em princípios universais de consciência e de como as pessoas aprendem por meio de experiências (CORNELL, 1997; SHARING NATURE FOUNDATION, 2008).

Em função disso, o método traz em sua proposta metodológica a realização de dinâmicas e jogos, organizados e direcionados perante uma sequência de 04 estágios – despertar do entusiasmo, concentrar a atenção, dirigir a experiência e compartilhar a inspiração – desenvolvidos de forma sutil, gradativa e divertida, com a intenção de criar um fluxo de energia, que vá de um estado de maior agitação para um estado de maior concentração da atenção e envolvimento, sendo que esses estágios fluem de um para o outro de maneira suave e natural, configurando assim, um processo educativo, onde o indivíduo passa pelos diferentes estágios e alcança as estruturas mentais proporcionadas pelas experiências diretas e profundas com a natureza (CORNELL, 1997; INSTITUTO ROMÃ, [2005?]; INSTITUTO ROMÃ, 2008).

Cornell (1997, 2008) explica que o estágio 1 - 'Despertar o entusiasmo', é marcado pela diversão e pelo desenvolvimento de atividades que geram um intenso fluxo de energia, no sentido de haver um crescente interesse por aquilo que está sendo feito, por isso também, simbolizou esse estágio pela imagem de uma lontra, que é um animal de extrema vivacidade e por ser o único que brinca durante toda a vida adulta. Mendonça (2006) complementa informando que o estágio 1, também em meio ao entusiasmo, tem a intenção de tornar o grupo homogêneo, no sentido dos graus de agitação e de consciência de grupo.

Depois de entusiasmar, relaxar e captar a atenção dos participantes, os mesmos estarão eufóricos em função do divertimento das atividades do estágio 1. Assim, o estágio 2 - 'Concentrar a atenção', é necessário, conforme pontua Cornell (1997, 2008), para se conduzir o entusiasmo na direção de uma atenção mais refinada, pois somente assim será possível perceber a natureza e, ao mesmo tempo, dispor de calma, atenção e entusiasmo. Esse estágio é simbolizado pela imagem de um corvo, pois se refere a um animal ativo e inteligente, sempre observando o que acontece com muita perspicácia.

Alguns grupos demandam um maior tempo para se concentrarem, assim, para ter certeza de quando iniciar o estágio 3, o educador³ deve se perguntar se o grupo já estaria preparado e concentrado para as atividades mais sensíveis ou simplesmente para uma 'Experiência direta'. Cornell (1997, 2008) esclarece que nesse terceiro estágio, o intuito é experimentar o contato direto com a natureza, abrir o coração das pessoas e intensificar um ou mais sentidos, para que os participantes possam descobrir um íntimo e profundo sentimento de pertencimento e compreensão. A imagem que simboliza esse estágio é a do urso, pois além de ser muito curioso e solitário, seu comportamento traz a simbologia de uma experiência direta e profunda com a natureza.

Por fim, o estágio 4 'Compartilhar a inspiração' é o momento em que os integrantes do grupo estão calmos, alegres e sensíveis a ouvir e contar (compartilhar) suas histórias, seus sentimentos, suas emoções etc. Agora é o momento propício para a inserção de atividades que contemplem o lado bonito e tocante da natureza. Esse estágio

³ Cornell (1996, 2005), faz algumas sugestões para ser um eficiente educador na natureza, citando como regras: ensine menos e compartilhe mais, seja receptivo e sensível, concentre a atenção dos participantes, observe e sinta primeiro e fale depois, e crie um clima de alegria que prevaleça durante toda a experiência.

é simbolizado pela imagem do golfinho por ser uma criatura propícia à vida em sociedade, dedicada ao próximo e por ter consciência sobre as demais formas de vida e os demais indivíduos.

Como fundamentos dessa metodologia há a crença de que o aprendizado efetivo deva incluir e, por vezes até priorizar, a vivência e a experiência, sendo que apenas as transmissões de informações, por mais importantes que possam ser não são suficientes para promover o aprofundamento, o enraizamento e o estímulo às mudanças de comportamentos. Nesse sentido, enfatiza-se que o aprendizado proporcionado por meio da experiência não é algo novo, mas a novidade dessa metodologia está nos diferentes estágios que a compõe, pois auxiliam os indivíduos a alcançarem uma estrutura mental proporcionada pelo potencial que a experiência direta e profunda permite. Assim, o aprendizado sequencial teria condições para auxiliar as pessoas a esquecerem as suas preocupações, permitindo que elas se descontraíam, se divirtam e apreciem a natureza, sugerindo que o aprendizado seja por inteiro (corpo e mente), pois o método é, ao mesmo tempo, pedagógico e terapêutico, sendo que diante dos estágios, o indivíduo acalma a mente e realiza melhor suas atividades, aprendendo a ouvir, a respeitar os outros e a refletir sobre as suas necessidades e os seus desejos (CORNELL, 1997; INSTITUTO ROMÃ, 2008; MENDONÇA, 2000, 2006).

- INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL (IA)

A interpretação se configura tanto como o ato quanto como um enfoque da comunicação, sendo então considerada como uma forma de estabelecer a comunicação entre os indivíduos, seja por meio de mensagens ou por meio de emoções em relação à temática proposta para a apresentação (HAM, 1992; MURTA; GOODEY, 2003).

No intuito de entender como as pessoas melhor se comunicam, Tilden foi o primeiro autor a definir a interpretação, enfatizando esse meio de comunicação pela possibilidade de troca de ideias e relações ao invés da simples informação de fatos e números isolados. Assim, conceituou interpretação como “uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações por meio do uso de objetos originais, através

de experiências de primeira mão e meios ilustrativos ao invés de simplesmente comunicar informações literais” (TILDEN, 1957 *apud* HAM, 1992, p. 03).

Ao tratarem da interpretação de patrimônios culturais e naturais, Murta e Goodey (2003, p. 13), ressaltam que “mais que informar, interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, é proporcionar uma experiência inesquecível com qualidade”.

Especificamente em relação à temática ambiental, Ham (1992, p. 03) comenta que a interpretação ambiental, envolve “[...] a tradução da linguagem técnica de uma ciência natural ou área relacionada em termos e ideias que as pessoas em geral, que não são cientistas, possam entender facilmente e implica em fazê-la de forma que seja entretida e interessante para eles”.

Ao ter como enfoque a utilização da interpretação nos processos que compreendem a visitação turístico-recreativa em ambientes naturais, se assume a tentativa de, por meio desse processo de comunicação, ajudar o público visitante a entender e apreciar as informações e os ensinamentos que se quer mostrar ou transmitir, sempre no intuito de despertar atitudes comprometidas em relação à conservação da natureza (DELGADO, 2000; HAM, 1992; MURTA; GOODEY, 2003).

Ham (1992) evidenciou que o cerne da característica educacional da interpretação é a forma com que esta é organizada e isso faz com que a mesma se diferencie dos outros modos de transmissão de informações. Assim, este mesmo autor, afirma que a abordagem interpretativa da educação deva estar centrada em quatro qualidades:

1. a interpretação é amena;
2. a interpretação é pertinente;
3. a interpretação é organizada;
4. a interpretação tem um tema.

Ham (1992) explica ainda que a interpretação é amena porque entretêm, mesmo sem ser o seu principal objetivo, é uma de suas essenciais qualidades para manter a

atenção dos participantes. Esta atenção se caracteriza como não-cativa, pois se os participantes decidem permanecer e prestar atenção, apenas o fazem porque desejam, ou seja, não são obrigados a participar. É pertinente, pois revela significados pessoais, e, desse modo, é capaz de estabelecer relações à alguma experiência particular. Além disso, é organizada por ser fácil de seguir, não sendo necessários grandes esforços do público participante em reter atenção. E, por fim, é temática por possuir um tema principal nas mensagens e informações transmitidas, bem como em todo o planejamento e nas estratégias interpretativas a serem adotadas.

Nas ideias de Murta e Goodey (2003) interpretar o ambiente se constitui, então, em um processo de comunicação que visa valorar a experiência do visitante, ressaltando as representações e as informações que sejam relativas às características históricas, culturais e naturais de uma determinada localidade. Assim, indicam ainda que os meios de interpretação estão agrupados nas categorias de interpretação ao vivo, textos e publicações, e com base no design (exibições estáticas ou animadas).

As atividades turístico-recreativas realizadas em ambientes naturais se utilizam, principalmente, da interpretação ao vivo ao disponibilizar um interprete⁴ para a condução e orientação dos visitantes, nas chamadas trilhas guiadas, e também da interpretação com base no design, especificamente, nas exibições estáticas, que se utilizam de placas, painéis ou letreiros, estrategicamente colocados em pontos de parada/observação/interpretação, nas chamadas trilhas autoguiadas.

Em relação às trilhas interpretativas, guiadas ou autoguiadas, Vasconcelos (2003) salienta que estas são uma das principais atividades e comumente realizadas em áreas naturais, principalmente nos Parques Nacionais, para a recepção e para a condução dos visitantes.

Ainda relativo as técnicas utilizadas nos diferentes meios de interpretação, Murta e Goodey (2003) informam sobre o uso de folhetos informativos/interpretativos, palestras expositivas e centros de visitantes/interpretativos. Essas técnicas devem se

⁴ Nesse caso, ser um intérprete, independentemente de sua profissão ou área de atuação, significa saber sobre comunicação e ser capaz de reconhecer e explicar as características que a fazem funcionar melhor, para possibilitar ao visitante a descoberta dos fatos por meio de suas observações, sentidos e experiências (HAM, 1992; MURTA; GOODEY, 2003).

utilizar das qualidades intrínsecas da interpretação ambiental para que possam proporcionar os estímulos e entendimentos que garantam afinidades dos visitantes para com o ambiente visitado.

Murta e Goodey (2003) e ainda Vasconcelos (2003) apresentam algumas orientações quanto ao desenvolvimento de um efetivo programa de educação e de interpretação ambiental para a visitação turístico-recreativa em ambientes naturais, enfatizando a necessidade em se atentar a três etapas distintas: o planejamento, a implantação e a avaliação. Em relação a isso, Tilden (1967 *apud* MURTA; GOODEY, 2003, p. 18, grifos do autor) esclarece ainda que indiferente aos meios ou técnicas utilizadas, o esquema interpretativo deve ser norteado por seis princípios:

- 1- sempre *focalizar os sentidos do visitante*, de forma a estabelecer a conscientização pessoal sobre determinadas características do ambiente;
- 2- *revelar sentidos* com base na informação e não apenas informar;
- 3- *utilizar muitas artes visuais e de animação*, seja o material apresentado científico, histórico ou arquitetônico;
- 4- *não apenas instruir, mas provocar*, estimulando a curiosidade do visitante, encorajando a exploração mais aprofundada do que está sendo interpretado;
- 5- apresentar a *história completa, em vez de parte desta*; dirigir-se à pessoa inteira;
- 6- ser acessível a um *público o mais amplo possível*, levando em consideração necessidades especiais.

Por fim, ao se pensar no uso desta metodologia, salienta-se que a escolha das estratégias interpretativas, juntamente com seus meios e técnicas, dependerá única e exclusivamente do objetivo proposto no plano interpretativo do local ou da temática

escolhida, bem como das características (perfil) e quantidade de pessoas/visitantes envolvidos.

- EDUCAÇÃO EXPERIENCIAL (EE)

Segundo Barros (2000), um dos primeiros programas de educação ao ar livre nos Estados Unidos surgiu quando o educador alemão, Kurt Hahn, em 1941, fundou a primeira escola *Outward Bound*⁵, com o intuito de treinar jovens marinheiros que iriam à guerra para que percebessem e acreditassem em seu potencial e sua força, já que estavam morrendo em maior quantidade do que os marinheiros mais velhos.

A *Outward Bound* se tornou uma organização internacional sem fins lucrativos que atua em 32 países, estabelecendo padrões para a educação ao ar livre (*outdoor education*), que é entendida por Barros (2000, p. 90) como

[...] uma prática educacional que utiliza como recursos educativos desafios encontrados em ambientes naturais [...] [objetivando] o desenvolvimento educacional do ser humano impelindo-o a situações de aventura⁶ de modo que ele possa confrontar aspectos de si mesmo, os quais ele possivelmente não conhecia.

Os programas de educação ao ar livre, em sua maioria, se utilizam da metodologia de educação experiencial, que consiste no uso dos ambientes naturais, enquanto campo pedagógico, e na interação do indivíduo consigo, com seu grupo e com o ambiente, enquanto campo de sociabilidade, sendo que “a aprendizagem se dá pela vivência de determinadas situações e não pela assimilação de conceitos” (BARROS, 2000, p. 103).

Segundo a *Outward Bound* Brasil – OBB (2005) a metodologia experiencial é utilizada como principal ferramenta ao desenvolvimento humano por visar essencialmente a promoção de uma experiência a um indivíduo e, posteriormente, o

⁵ Barros (2000) descreve ainda que Hahn escolheu o nome *Outward Bound* por ser um jargão náutico que significa o momento em que o navio deixa a segurança do porto e se lança aos perigos e aventuras advindas do mar aberto, estando então, em ‘*outward bound*’.

⁶ Tem sido uma novidade se utilizar da aventura em áreas de lazer e educação, assim, o desejo de utilização está em consonância ao descobrir o desconhecido, por meio de atividades que gerem resultados incertos, ou seja, que envolvem risco e/ou perigo (BARROS, 2000).

auxílio a reflexão desta experiência, já que a condução ao aprendizado depende não só da experiência e de seu desafio intrínseco, mas, também da reflexão acerca dessas situações.

Para tanto, o aprendizado experiencial é organizado em um ciclo, no qual Luckner e Nadler (1992 *apud* BARROS, 2000, p. 99) o explicam a partir do estágio 'estrutura', onde estão as estruturas necessárias para as experiências, como equipamentos, educadores, educandos, bem como o próprio ambiente natural. Assim, a estrutura da experiência está composta pela busca de padrões, "[...] feita ao explorar emoções, pensamentos, comportamentos e observações que ocorram com alguma regularidade". A partir então, da compreensão desses padrões há a possibilidade de identificar o 'desafio' futuro para, posteriormente, aplicar as estruturas apreendidas à 'experiência' vivida. No estágio 'experiência', o indivíduo participa de atividades planejadas, que envolvam aventura, com riscos e perigos incertos, na intenção de atingir certo aprendizado. E no estágio 'reflexão', pondera-se que a experiência é insuficiente para a concretização do aprendizado, sendo necessário refletir sobre a presente experiência vivida e as experiências vividas no passado. Os autores (*Ibid.*) colocam ainda que "é o processo da reflexão que torna a experiência em aprendizado experiencial", sendo necessário refletir sobre o que "[...] viram, sentiram e pensaram [...]" durante as atividades praticadas, fazendo-o de modo individual ou coletivamente.

Além desses estágios, a OBB (2005) ressalta ainda a existência de dois outros também importantes e que estão na base dos estágios supracitados, que são o suporte e o retorno (*feedback*), sendo que se pressupõe a existência do primeiro em todas as experiências, já que este permite que do estímulo à confiança, por exemplo, o indivíduo realize constantes tentativas de superação e experimentação e que em contrapartida, o retorno de informações do educador para o participante, sobre o que este último vem fazendo, funciona como uma ferramenta de equilíbrio da responsabilidade entre ambos, entendida como a autonomia na tomada de decisões, a capacidade de resolução de situações inesperadas e novas, e também a habilidade de resposta aos estímulos.

De acordo com Barros (2000, p. 101), esse envolvimento do indivíduo com a natureza por meio da educação experiencial pode ter a duração de poucas horas ou

mesmo durar meses. Isso faz com que as experiências diretas sejam capazes de “[...] promover um maior sentimento de empatia e níveis maiores de interesse por problemas relacionados aos recursos naturais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As metodologias Aprendizado Sequencial, Interpretação Ambiental e Educação Experiencial tem muito a contribuir com a educação ambiental aplicada ao desenvolvimento de atividades turístico-recreativas em ambientes naturais, prioritariamente no sentido dos potenciais benéficos a serem atingidos, relativos às pretensões da educação ambiental e também no sentido das estruturas metodológicas utilizadas pela educação ambiental. Nesse ensaio, pode-se encontrar um ponto de partida sobre estas metodologias para o aprofundamento posterior, tanto no sentido da investigação de estudos de caso ou de casos múltiplos, bem como referente aos efetivos resultados obtidos pela aplicação destas.

Em comum, estas metodologias apresentam o fato de serem desenvolvidas em meio à natureza, variando entre as concepções de educação para ou sobre o ambiente, no ambiente, e pelo ambiente. Além disso, atuam indiscriminadamente sobre elementos essenciais de formação dos indivíduos, tais como os sentidos e os sentimentos (o lado afetivo e emocional), o nível cognitivo (a razão) e o corpo (o movimento corporal). E, por fim, tem na experiência humana o eixo central de seu desenvolvimento.

Diante disso, talvez seja possível de maneira mais assertiva buscar o reconhecimento de valores sociais e a compreensão de conhecimentos e, com isso, tentar modificar as atitudes do ser humano em relação a si próprio, ao outro, bem como ao ambiente ao seu redor. E, com isso, ainda contribuir com o turismo e a conservação da natureza.

Especificamente em relação a real aplicação destas metodologias em atividades turístico-recreativas realizadas em ambientes naturais, menciona-se que: a metodologia do aprendizado sequencial tem sido adaptada a diferentes contextos, prioritariamente mais voltados ao âmbito da educação ambiental escolar, o que não deixa de ser uma

oportunidade para se atuar com a ludicidade em atividades extraclasse; a interpretação ambiental é a mais comumente utilizada nas unidades de conservação brasileiras, principalmente na categoria parques, variando sua atuação entre as trilhas guiadas (com presença do intérprete) e as autoguiadas (por meio do uso de placas); e a educação experiencial poderia ser amplamente utilizada nas diferentes atividades físicas de aventura na natureza (AFAN), pertencentes ao contexto do turismo de aventura, mas, acabam por estarem restritas ao uso das escolas de educação ao ar livre.

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND TOURISM: METHODOLOGIES FOR ENVIRONMENTAL EDUCATION APPLIED AS TOURIST-RECREATIONAL ACTIVITIES IN NATURAL SETTINGS

ABSTRACT

The purpose of this test is to identify and describe the structure of the methodologies for environmental education applied to different tourist and recreational activities in natural settings. There has been a growing demand in contemporary society by natural settings to perform activities inserted in the leisure (tourism, recreation and playfulness). This scope can be considered as a privileged means to promote practices and educational activities (environmental education). Thus, it is necessary to have specific forms, structures and organization methodologically to work with environmental education in tourism. In this exploratory and descriptive research, data collection was carried through bibliographical and documentary techniques. Thus, it was possible to identify as environmental education methodologies applied the tourist-recreational activities in natural settings, the methodology of Flow Learning (Joseph Cornell), the Environmental Interpretation (Sam Ham) and Experiential Education (Kurt Hahn). Mainly due to methodological structure of each of these, and consequently the possibility to achieve the principles of environmental education, it is considered that these methodologies can contribute to the planning and development of tourist and recreational practices aimed at raising awareness and the expansion of environmental awareness of tourists.

KEYWORDS: ENVIRONMENTAL EDUCATION. TOURISM. FLOW LEARNING. ENVIRONMENTAL INTERPRETATION. EXPERIENTIAL EDUCATION.

REFERÊNCIAS

BARROS, Maria Isabel Armando de. *Outdoor education: uma alternativa para a educação ambiental através do turismo de aventura*. In: SERRANO, Célia (Org.) **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000, p. 85-110.

BARROS II, Silvio Magalhães; LA PENHA, Denise Hamú M. (Coord.). **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

BRASIL. Decreto-Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999. **Lex: legislação federal**. Brasília: DF; 1999. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/se/educacaoambiental/pdf/lei979599.pdf>> Acesso em: 23 out. 2005.

CASCINO, Fábio. Do turismo convencional ao ecolazer: análise dos fundamentos éticos e estéticos do lazer associado à natureza. **CEDEC: debates socio ambientais**, ano III, nº9, p. 08-10, mar./jun., 1998.

CORNELL, Joseph. **Brincar e aprender com a natureza: um guia sobre a natureza para pais e professores**. São Paulo: Companhia Melhoramentos: Editora SENAC São Paulo, 1996.

CORNELL, Joseph. **A alegria de brincar com a natureza: atividades na natureza para todas as idades**. São Paulo: Companhia Melhoramentos: Editora SENAC São Paulo, 1997.

CORNELL, Joseph. **Vivências com a natureza: guia de atividades para pais e educadores**. São Paulo: Aquariana, 2005.

CORNELL, Joseph. **Vivências com a natureza 2: novas atividades para pais e educadores**. São Paulo: Aquariana, 2008.

DELGADO, Jesus. A interpretação ambiental como instrumento para o ecoturismo. In: SERRANO, Célia (Org.) **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000, p. 155-169.

DIAS, Genebaldo Freire. A educação ambiental: valores humanos e estilos de vida sustentáveis. **Boletim Informativo: desenvolvimento urbano e meio ambiente**, ano 2, n.11, p. 02-03, jul./ago. 1993.

HAM, Sam H. **Interpretacion ambiental: una guía práctica para gente con grandes ideas y presupuestos pequeños**. Colorado: Fulcrum Golden, 1992.

INSTITUTO ROMÃ. **O Instituto Romã**. São Paulo: Instituto Romã. [2005?].

INSTITUTO ROMÃ. **Fundamentos**. Disponível em: <<http://www.institutoroma.org.br>>. Acesso em: 04 set. 2008.

LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fund. Joaquim Nabuco, 1999, p. 391-408.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MENDONÇA, Rita. A experiência na natureza segundo Joseph Cornell. In: SERRANO, Célia (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000, p. 135-154.

MENDONÇA, Rita. Experimentando a sustentabilidade do turismo na natureza. In: TRIGO, Luiz G. G. (Edit.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2005a, p. 537-545.

MENDONÇA, Rita. Educação ambiental e ecoturismo. In: NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005b, p. 154-169.

MENDONÇA, Rita. A proposta da *Sharing Nature* do Brasil. In: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O desafio do movimento *Sharing Nature* na educação ambiental contemporânea**. Série Documentos Técnicos. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2006, p. 16-20.

MURTA, Stella Maris; GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stella Maris; ALBANO, Celina (Org.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 13-46.

OBB - OUTWARD BOUND BRASIL. **Metodologia**. Disponível em: <<http://www.obb.org.br>>. Acesso em: 23 out. 2005.

OMT - Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

RODRIGUES, Adyr. Ecoturismo: limites do eco e da ética. In: RODRIGUES, Adyr (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 29-45.

SATO, Michèle. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SERRANO, Célia. A educação pelas pedras: uma introdução. *In*: SERRANO, Célia (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000, p. 07-24.

SHARING NATURE FOUNDATION. **Flow learning™**. Disponível em: <<http://www.sharingnature.com/FlowLearning.html>>. Acesso em: 09 nov. 2008 (tradução nossa).

VASCONCELOS, Jane Maria de Oliveira. Interpretação ambiental. *In*: MITRAUD, Sylvia (Org.). **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003, p. 261-294.

WESTERN, David. Prefácio: Como definir o ecoturismo. *In*: LINDBERG, Kreg. HAWKINS, Donald. (Org.). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002, p. 13-22.

Cronologia do Processo Editorial

Recebido em: 07. out. 2016

Aprovação Final: 11. dez. 2016

Referência (NBR 6023/2002)

BUENO, Fernando Protti. Educação ambiental e turismo: metodologias para a educação ambiental aplicada as atividades turístico-recreativas em ambientes naturais. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, vol. 5, n. 2, p. 60-79, jul./dez. 2016.